

ENSAIO TEÓRICO

Regna Brasillica: contextualização da Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595)

Leonardo Ferreira KALTNER 

Universidade Federal Fluminense (UFF)

RESUMO

O presente artigo analisa a contextualização do pensamento linguístico na *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595), escrita por José de Anchieta (1534-1597), publicada na tipografia da Universidade de Coimbra no século XVI. Nossa fundamentação teórico-metodológica se vincula ao campo da Historiografia da Linguística (HL), a partir dos modelos propostos por Konrad Koerner (1996) e Pierre Swiggers (2012). Dos três princípios de Koerner: contextualização, imanência e adequação teórica, analisamos a contextualização da gramática anchietana. Nosso objetivo é evidenciar que a gramática de Anchieta estava vinculada ao pensamento linguístico oriundo da educação humanística renascentista portuguesa e à tradição universitária da época.

ABSTRACT

This article analyzes the contextualization of linguistic thought in the *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595), written by José de Anchieta (1534-1597), published in the University of Coimbra typography in the 16th century. My theoretical and methodological foundation is linked to the field of Historiography of Linguistics (HL), based on the models proposed by Konrad Koerner (1996) and Pierre Swiggers (2012). From Koerner's three principles: contextualization, immanence and theoretical adequacy, I analyze the contextualization of anchietan grammar. My goal is to show that Anchieta's grammar was linked to the linguistic thought,



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Raquel Freitag (UFS)

AVALIADO POR

- Ronaldo de Oliveira Batista
(MACKENZIE)

- Maria Filomena Gonçalves
(UEVORA)

DATAS

- Recebido: 27/01/2020

- Aceito: 01/03/2020

- Publicado: 17/07/2020

COMO CITAR

Kaltner, L. F. (2020)
Regna Brasillica:
contextualização da Arte
de gramática da língua mais
usada na costa do
Brasil (1595). *Revista da Abralín*,
v. 19, n. 1, p. 1-25, 2020.

which arose from the Portuguese Renaissance humanistic education and the university tradition of the time.

PALAVRAS-CHAVE

Historiografia da Linguística. Gramaticografia. Linguística Missionária. José de Anchieta.

KEYWORDS

Historiography of Linguistics. Grammaticography. Missionary Linguistics. José de Anchieta.

Introdução

Um dos fenômenos a ser investigado pela Historiografia da Linguística (HL) é o pensamento linguístico, conforme atesta o linguista e teórico da área Pierre Swiggers, ao afirmar que a HL analisa: “produtos que moldaram a tradição do pensamento e da práxis linguísticos” (SWIGGERS, 2012, p. 42). No presente artigo, nos propomos a debater o pensamento linguístico no Brasil quinhentista como um tema relativo à investigação da colonização linguística na América portuguesa (MARIANI, 2004), sob o signo das relações interculturais luso-brasileiras, oriundas da época das navegações do século XVI. Nesse contexto, a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595)*, de José de Anchieta, ocupa um lugar de relevo.

Ainda em relação aos fundamentos teóricos da HL, podemos afirmar que o objetivo da narrativa meta-historiográfica é evitar uma visão generalizada do processo de colonização linguística, buscando apoio na interpretação do pensamento linguístico por uma análise documental da época. Nosso aporte teórico-metodológico está vinculado ao campo da HL e da Linguística Missionária (LM), sobretudo aos modelos propostos por Pierre Swiggers (2012; 2015) e Otto Zwartjes (2011), e ao método filológico e descritivo de Konrad Koerner (1996), pela análise dos metatermos fundamentais de obras com reflexões metalinguísticas do Brasil quinhentista, contexto em que se destaca a gramática de Anchieta.

Nesse aspecto seguimos como tradição teórico-metodológica da disciplina de HL no Brasil contemporâneo o trabalho desenvolvido pelos centros que introduziram a disciplina nos meios acadêmicos do Brasil, como o Centro de Documentação Historiográfica da Universidade de São Paulo (CE-DOCH/USP) e o GT da Anpoll de Historiografia da Linguística Brasileira (ALTMAN, 1998; BATISTA, 2013). Nesse aspecto cumpre salientar a independência do campo teórico em relação à História das Ideias Linguísticas (HIL), que tem em Sylvain Auroux seu principal teórico¹, e uma vinculação com a área de Análise do Discurso (LEITE, 2019).

1 A diferenciação entre HL e HIL é sutil, em alguns contextos de pesquisa: “A Historiografia Linguística parece ter uma carga mais metodológica do que teórica, e a História das Ideias, ao contrário, organiza-se mais com base em discussões epistemológicas, não

Como o território pré-colonial das Américas, ocupado por múltiplas etnias indígenas, estava em disputa por diversos reinos absolutistas europeus que se dedicavam às navegações, nos séculos XV e XVI², a perspectiva das relações interculturais luso-brasileiras deve, porém, ampliar-se, para uma análise das relações interculturais entre Brasil e Europa, ou Euro-brasileira, o que ficou registrado como uma dicotomia, à época, entre *Vetus* e *Novus Mundus*, o Velho e o Novo Mundo³, e na dicotomia Oriente e Ocidente, caracterizando o projeto colonial da América portuguesa como uma nascente sociedade ocidental do Novo Mundo. Pelo fato de haver registros europeus não apenas em Portugal desse momento incipiente de colonização linguística, podemos, logo, pensar em uma perspectiva descritiva multicultural, vinculada à euro-brasilianística (*Eurobrasilianistik*), de acordo com os pressupostos elencados por Antônio Bispo:

superação de uma unilateralidade nas perspectivas e na colocação de questões relacionadas com o Brasil na Europa, unilateralidade que se pode constatar, em geral, no trabalho de institutos e disciplinas que se dedicam a assuntos brasileiros, em sociedades bilaterais e em revistas informativas voltadas à América Latina ou, em especial, ao mundo lusófono. (BISPO, 2007, n.p.)

Inicialmente, o pensamento linguístico no Brasil quinhentista estava concentrado no contato linguístico entre europeus e os povos autóctones, de forma empírica, com intérpretes (FARACO, 2016; MARIANI, 2007; BAGNO; SILVA-REIS, 2016), desenvolvendo-se, em seguida, uma tradição letrada com o estabelecimento de instituições missionárias e de ensino, a partir de meados do século XVI. Sobre os intérpretes, também chamados de línguas, Marcos Bagno e Silva-Reis (2016) comentam:

Em meados do século XVI, surgem no Brasil as feitorias, lugares onde se armazenavam os bens da colônia para posterior envio à metrópole. O acúmulo desses bens, em sua maioria, dava-se pelo escambo, o que em certa medida era possível graças ao língua, uma espécie de intérprete falante das línguas indígenas. O língua aprendia o idioma do índio de maneira forçada, pois, em sua maioria, os que tinham tal ofício no Brasil quinhentista eram degredados ou naufragos (BAGNO; SILVA-REIS, 2016, p. 86).

Tecer uma narrativa meta-historiográfica sobre o pensamento linguístico dessa época só é possível através da análise documental, de matriz europeia, e interpretação de processos culturais e históricos que foram fundamentais na dinâmica de ocupação territorial, em que pidgins, criouliização

se descurando, porém, da metodologia” (LEITE, 2019, p. 150). No nosso entender, a Crítica Textual e o método filológico são componentes metodológicos indispensáveis à HL no trato com documentos e fontes textuais.

2 A armada portuguesa, na expedição do descobrimento, foi custeada pelas cidades itálicas Gênova e Florença, no contexto de um acordo comercial entre Veneza e os otomanos (BUENO, 1998, p. 78).

3 Sobre o uso do termo Novo Mundo para a América portuguesa: “Com o advento da conquista e a incorporação de um quarto continente ao quadro de mundo cristão, as designações Índias Ocidentais e Novo Mundo, duas outras formas como também foram batizadas as novas possessões coloniais de Espanha e Portugal, são inseridas no imaginário de mundo europeu e coexistem com a designação de América” (PORTO-GONÇALVES; QUENTAL, 2012, p. 3).

de línguas e o surgimento de línguas francas de contato⁴ tiveram papel fundamental em uma organização empírica do saber linguístico. Esse processo linguístico e cultural seria registrado nos documentos da época de consolidação e expansão da colônia, quando surgem cidades e vilas, no Brasil quinhentista, que era uma sociedade predominantemente rural, conforme o linguista Dante Lucchesi, seguindo tradição descritiva de Celso Cunha (1970):

pequenos centros urbanos, onde se situavam os órgãos da administração colonial, sob forte influência cultural e lingüística da Metrópole. A elite colonial era naturalmente bastante zelosa dos valores europeus buscando assimilar e preservar ao máximo (o que é previsível nessas situações) os modelos de cultura e de língua vindos d'além-mar. (LUCCHESI, 2006, p. 91).

O escravismo, traço marcante da época colonial, traria uma implicação nas políticas linguísticas do Brasil quinhentista, pela circulação na América portuguesa das línguas de contato utilizadas na expansão do império ultramarino português na África, o que teria também um impacto maior no plurilinguismo inicial da colônia (LIMA, 2013; SANTOS, 2008). Dessa forma, para compor esse panorama inicial, as políticas linguísticas missionárias e a tradição letrada universitária renascentista precisam ser reconsideradas, como instrumentos que teriam auxiliado a implantação da língua portuguesa, que concorria com o desenvolvimento da língua-geral indígena e da língua-geral africana, utilizadas concomitantemente na colônia, chegando a ter ambas línguas francas seu ensino institucionalizado⁵.

1. O Brasil quinhentista: dados quantitativos

Defendemos uma periodização do pensamento linguístico no Brasil quinhentista em duas fases: uma estritamente empírica, de 1500 a 1548 (KALTNER, 2019), em que vigora a presença de intérpretes

4 Na fundação de cidades e vilas no século XVI, os línguas foram fundamentais, há alguns registros na história, que podem ser recuperados pela descrição historiográfica: “Os mais famosos línguas desta época são Afonso Ribeiro, João Ramalho e Diogo Álvares Correia (o Caramuru) que muito contribuíram para a sobrevivência dos portugueses com o auxílio dos índios nas novas terras. João Ramalho auxiliou Martim Afonso na fundação da cidade de São Vicente em 1532, e Diogo Álvares ajudou Tomé de Souza na fundação da cidade do Salvador em 1549. Embora a História dê maior visibilidade a esses dois homens, convém mencionar que suas esposas – Catarina Álvares Paraguaçu (casada com João Ramalho) e Mbicy (Bartira, Burtira ou Isabel Dias, mulher de Diogo Álvares Correia), ambas índias – talvez tenham sido as duas primeiras intérpretes/intermediárias do Brasil quinhentista” (BAGNO; SILVA-REIS, 2016, p. 86-87).

5 A língua de contato da África costeira também era tema de interesse dos missionários no Brasil quinhentista: “O estudo da língua atualmente denominada quimbundo, já era estimulado em 1583: o visitador jesuíta Cristóvão Gouveia pensou em enviar a Angola dois irmãos para aprenderem a mesma. Em 1584, em Pernambuco, em episódio relatado por Fernão Cardim, havia um irmão de 14 anos que fez uma oração na língua de Angola causando grande devoção. Havia uma recomendação do padre geral da Companhia, em 1588, para que se aprendesse não só o tupi, mas também a língua de Angola. Dois missionários foram enviados do Brasil a Angola, Antonio de Matos e Mateus Tavares” (LIMA, 2013, p. 4).

(línguas) e de missionários franciscanos⁶, e uma segunda fase institucional, após o início oficial da política missionária jesuítica, com o *Regimento de Tomé de Souza*⁷, de 1548, que marcou o surgimento do Estado do Brasil, como província do império ultramarino português (REGIMENTO, 1548). O regimento, como ponto de ancoragem (SWIGGERS, 2012), estipula, por exemplo, que as comunidades fundadas no Brasil quinhentista por portugueses estimulassem feiras para a interação com as comunidades indígenas autóctones, em seu artigo 20, fomentando o contato linguístico:

20 – E assim ordenareis que, nas ditas vilas e povoações, se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, feira, a que os gentios possam vir vender o que tiverem e quiserem, e comprar o que houver mister; e assim ordenareis que os Cristãos não vão às aldeias dos gentios a tratar com eles, salvo os senhorios e gente dos engenhos, porque êstes poderão em todo o tempo tratar com os gentios das aldeias que estiverem nas terras e limites dos ditos engenhos. E, porém, parecendo-vos que fará inconveniente pôrem todos os de cada engenho em liberdade para tratar com os ditos gentios, segundo forma deste capítulo, e que será melhor ordenar-se que uma só pessoa em cada engenho o faça, assim se fará (REGIMENTO, 1548, grifo nosso).

A partir do regimento, as primeiras instituições missionárias oficiais para o ensino são constituídas, com base na educação humanística cristã, tendo influência jesuítica portuguesa. Essas duas fases são complexas, havendo a continuidade de uso de intérpretes, como informantes, por todo o século XVI, e não podemos falar de um projeto colonial único e centralizado no período, mas na sucessão de diversos projetos coloniais, sendo alguns contínuos e outros descontínuos (KALTNER, 2019).

A comunidade linguística de que se formou o Brasil quinhentista foi muito variável ao longo do século XVI, só se constituindo como uma unidade quando as primeiras cidades e vilas foram fundadas, após a fixação do governo-geral. Os conflitos e as alianças com indígenas, o escravismo, que encetou as relações interculturais entre Brasil, Europa e África, são fatores que devem ser analisados para se compreender a formação de uma intelectualidade incipiente na ocupação, inicialmente costeira, do Brasil quinhentista. O IBGE modelou estatisticamente o crescimento demográfico no projeto de colonização:

6 A presença de missionários franciscanos espanhóis, de forma não oficial, é registrada na missão Mbiaça em Laguna, atual Santa Catarina, que perdurou entre 1538 e 1548, com a fundação de duas escolas (IGLESIAS, 2011, p. 257).

7 O texto original do regimento se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, códice 112, p. 1-9.

Ano	Estimativa	Configuração demográfica
1550	15.000	
1576	17.100	
1583	57.000	25.000 europeus, 18.000 indígenas e 14.000 africanos
1600	100.000	30.000 europeus, 70.000 miscigenados, africanos e indígenas

TABELA 1 - Estimativa da comunidade linguística no Brasil quinhentista
 Fonte: IBGE (2000, p. 221); KALTNER (2019)

Nessa tabela não são contabilizados os indígenas que não integravam o projeto colonial, que somavam entre 2 a 5 milhões de indivíduos⁸, de acordo com estatísticas diversas (RIBEIRO, 2002; CALÓGERAS, 1938; SIMONSEN, 2005). Optamos por não utilizar os termos raciais (brancos e negros), em virtude de nossa análise historiográfica ser pautada em aspectos culturais. Os colonos que formaram as primeiras ocupações no Brasil quinhentista não foram registrados individualmente, no século XVI, não havendo um controle de entrada e saída de migrantes na colônia.

As primeiras ocupações que compunham o projeto de colonização no Brasil são oriundas da política de capitânicas hereditárias⁹, de 1534, regime falho que permitiu apenas a subsistência de algumas vilas incipientes e a construção de engenhos para produção de açúcar. As primeiras cidades são organizadas apenas após o governo-geral, em 1548, com o início de uma administração em Língua Portuguesa e a presença oficial de missionários que estabeleceriam uma língua-geral para o contato linguístico com as comunidades indígenas da costa que se aliaram aos portugueses. A política linguística em relação aos africanos, no Brasil quinhentista, se desenvolveria como um reflexo da política linguística adotada, nos séculos XV e XVI, por Portugal na África.

No contexto do regime de capitânicas hereditárias, foram fundadas as vilas de São Vicente em 1532, a de Porto Seguro, em 1535, as vilas de Igaracú, São Jorge dos Ilhéus e a de Santa Cruz, em 1536, a vila de Olinda em 1537 e a vila de Santos em 1545 (AZEVEDO, 1992). Esses primeiros núcleos coloniais

8 Era comum a presença de cristãos-novos entre os colonos no Brasil quinhentista, muitos, provavelmente, plurilíngues: “Desde o começo do século XVI, levas regulares de cristãos-novos migraram de Portugal e se estabeleceram em outros pontos do planeta. Esses conversos compartilhavam uma memória de seu passado na Península Ibérica, tendo como marco a conversão forçada (1497), acontecimento por eles partilhado. Os descobrimentos de novas terras, a efervescência européia com a abertura de novas rotas de comércio e o recrudescimento das condições de vida da população cristã-nova impulsionaram a migração de grupos inteiros” (FONSECA E SILVA, 2007, p. 38). A interação entre a América portuguesa, Hamburgo e Amsterdã já ocorria no século XVI: “É bom lembrar que foi um cristão-novo oriundo do Brasil, James Lopes da Costa, o responsável pela fundação da primeira sinagoga portuguesa de Amsterdã, a Bei Yahacob, na última década do século XVI” (FONSECA E SILVA, 2007, p. 39).

9 O falho regime de capitânicas hereditárias, sugerido por Diogo de Gouveia a D. João III, se caracterizava por ser uma tentativa de feudalismo tardio híbrido, aplicado na América portuguesa, já sob a égide de uma economia mercantilista, centrada nas navegações transatlânticas, um regime que foi descontinuo (PRADO JR, 1966).

formavam uma comunidade linguística incipiente no Brasil quinhentista, em que predominavam intérpretes para o contato com os povos indígenas.

Após a instituição do governo-geral, foi fundada a cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, em 1549, as vilas do Espírito Santo e Nossa Senhora da Vitória, em 1551, a vila de São Paulo de Piratininga em 1558, a vila de Nossa Senhora de Itanhaém em 1561, e a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1565. Após a União Ibérica, a cidade de Nossa Senhora das Neves é fundada em 1585, a vila de São Cristóvão em 1590, em 1599 a vila de Natal, e, por fim, a vila de São João Batista da Cananeia em 1600 (KALTNER, 2019). Essas povoações, em maioria costeiras, eram as comunidades linguísticas pioneiras no Brasil quinhentista, formadas por colonos, a que se acresciam as missões e aldeias indígenas aliadas, os quilombos e os engenhos, separando-se de comunidades indígenas que não tomavam parte diretamente do projeto de colonização.

Nordeste	
1536	Vila de Igaracú, em Pernambuco
1537	Vila de Olinda, em Pernambuco
1599	Vila de Natal, no Rio Grande do Norte
Leste	
1535	Vila de Porto Seguro, na Bahia
1536	Vila de São Jorge dos Ilhéus, em Ilhéus
1536	Vila de Santa Cruz, em Santa Cruz Cabrália
1551	Vila do Espírito Santo, no Espírito Santo
1551	Vila de Nossa Senhora da Vitória, em Vitória
1590	Vila de São Cristóvão, em Sergipe
Sul	
1532	Vila de São Vicente, em São Paulo
1545	Vila de Santos, em Santos
1558	Vila de São Paulo de Piratininga, em São Paulo
1561	Vila de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, em Itanhaém
1600	Vila de São João Batista da Cananeia, em São Paulo

TABELA 2 - Vilas do Brasil quinhentista
 Fonte: Azevedo (1992, p. 29); Kaltner (2019).

2. A dimensão heurística e o contexto multicultural do Brasil quinhentista

O trabalho de organização de uma dimensão constituinte heurística (SWIGGERS, 2012) consiste no levantamento das fontes, para se tecer a narrativa meta-historiográfica do pensamento linguístico no Brasil quinhentista, o que pode ser organizado de diversas possibilidades. Optamos por uma estratégia de descrição dos fatos relacionados ao pensamento linguístico por uma sucessão cronológica, a fim de facilitar a constituição da narrativa meta-historiográfica. Entretanto, analisaremos, pelos conceitos de continuidade e descontinuidade (KOERNER, 1996), como os processos interculturais influíram no contato linguístico, até a constituição de um pensamento linguístico letrado, com a obra central desse momentum histórico, a *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*, de São José de Anchieta (1534-1597). A gramática missionária de Anchieta foi editada em 1595, em Coimbra, centro intelectual europeu. O contexto cultural e missionário de Anchieta é aquele que se desenvolve sobretudo a partir do Concílio de Trento, em sua recepção ibérica pelos jesuítas (TOLEDO; RUCKSTADTER, 2003).

O embate teórico que se dá em Portugal na educação linguística, na passagem do pensamento linguístico medieval ao renascentista, no final do século XV e início do século XVI, afeta diretamente as políticas linguísticas no Brasil quinhentista. Um dos principais centros intelectuais do período medieval em Portugal, o mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, fundado em 1178, com seu scriptorium, é um modelo de educação escolástica e aristotélico-tomista¹⁰ que cede lugar ao projeto de colégio trilingue erasmiano, no Real Colégio das Artes de Coimbra em 1548 (DIAS, 1969). Com a reforma das instituições de ensino em Portugal, pela introdução da prática tipográfica e da influência da corrente de pensamento humanístico, há uma formação intelectual voltada à sistematização das línguas em gramáticas e dicionários, além da elaboração de práticas de ensino que se alinham ao desenvolvimento renascentista.

O *modus parisiensis* que influenciou profundamente na educação jesuítica abriria caminho em Portugal para a confecção de obras com reflexões metalinguísticas aprimoradas como a *De Institutione Grammatica Libri tres*, a gramática latina de Manuel Álvares, de 1572 (KEMMLER, 2013). Dessa forma, o *modus parisiensis*, apreendido por jesuítas antes da *Ratio Studiorum* de 1599, pode ser definido como uma educação clássica cristã, herdada de tradição anterior, no contexto de uma reforma católica:

10 A reforma educacional renascentista em Portugal se desenvolveu em uma rede de instituições: “Coimbra era, como se sabe, a cidade da reforma universitária renascentista impulsionada pelo rei D. João III, na qual os cistercienses, com o empenho do Cardeal D. Henrique, comendatário da abadia alcobacense, estabelecem o Colégio do Espírito Santo, centro avançado de formação superior para os monges que mais se destacavam pelas suas capacidades intelectuais. Não podemos estranhar, neste sentido, que se imprimam justamente de oficinas tipográficas estabelecidas nesta cidade, a partir da década de 1560 e, ainda, em Setecentos, vários opúsculos úteis, sobretudo, ao múnus litúrgico específico da Ordem. Esse trabalho impressório foi, certamente, verificado e acompanhado pelos censores ou examinadores residentes no referido Colégio universitário” (GOMES, 2006, p. 423).

Ocorre que já existia, desde os fins do século 14 nos Países Baixos e na Alemanha, certa variedade de escolas ao redor das Fraternidades dos Irmãos de Vida Comum, fundadas por Gerard Groot (1340-1384). Os elementos característicos nas escolas destes irmãos eram a divisão dos estudantes por classes, cada uma com um mestre e um programa preciso, ordenado e progressivo. Empregavam, também, o Quadrivium -aritmética, música, geometria e astronomia -, sendo que cada matéria tinha um professor especializado e elas eram coordenadas com outras disciplinas ensinadas na mesma escola. Além disso, utilizavam a Bíblia para a formação dos jovens no ideal de vida cristã para o qual todas as ciências e letras deveriam estar direcionadas. Outros elementos típicos de sua pedagogia eram a adoção do sistema de decúrias, o exame de passagem para o nível de estudos literários, o cultivo da língua vernácula, os emolumentos para os melhores estudantes, o teatro escolar, as punições e as disputas (STORCK, 2016, p. 143).

Nesse aspecto, cumpre salientar a necessidade de se analisar as reformas educacionais no século XVI em Portugal para se compreender as mudanças na colonização linguística no Brasil quinhentista, pela influência de instituições como o mosteiro de Santa Cruz, o Real Colégio das Artes e a Universidade de Coimbra (TANNUS, 2007) na formação de missionários e administradores da colônia, em meados do século XVI e o seu reflexo no processo de colonização. Todavia, antes das reformas educacionais empreendidas no período de D. João III, devemos notar a influência da Universidade de Salamanca, e da tradição oriunda de Nebrija na formação da intelectualidade relacionada ao Brasil quinhentista. É digno de relevo que vultos da intelectualidade do Brasil quinhentista, como o jesuíta Manuel da Nóbrega e o governador-geral Mem de Sá, foram egressos de Salamanca (KALTNER, 2011).

Outra questão relevante, para se compreender o pensamento linguístico no Brasil quinhentista, que é o contexto da gramática anchietana, é o processo de gramatização da língua portuguesa, com seus dois gramáticos pioneiros no século XVI: Fernão de Oliveira e João de Barros, que foi o donatário da capitania do Maranhão. A implantação da língua portuguesa no Brasil quinhentista é uma das políticas linguísticas iniciais na colonização, que pode ser analisada a partir das continuidades e descontinuidades ao longo do século XVI (CASAGRANDE, 2005). A implantação de um sistema educacional quinhentista na incipiente sociedade colonial se dá pela fundação de escolas e colégios jesuítcos, responsáveis pela educação linguística institucional¹¹:

O plano de estudos organizado pelo padre Manuel da Nóbrega consistia em duas fases: na primeira fase, considerada como do ensinamento dos estudos elementares, era constituída pelo aprendizado de português, do ensinamento da doutrina cristã e da alfabetização. Para a segunda fase do processo de aprendizagem idealizado por Manuel da Nóbrega, o aluno teria a opção para escolher entre o ensino profissionalizante e o ensino médio, segundo suas aptidões e dotes intelectuais revelados durante o ensino elementar. Como prêmio para os alunos que se destacassem nos estudos da gramática latina, previa-se o envio em viagem de estudos aos grandes colégios de Coimbra ou da Espanha (SHIGUNOV-NETO; AMACIEL, 2008, p. 176).

Os conceitos que utilizamos em nossa narrativa derivam do modelo teórico de Pierre Swiggers (2012). Para a organização dos fatos históricos, evidenciamos em pontos de ancoragem (anchoring

¹¹ No ano de 1570, havia três colégios e cinco escolas jesuítcas em funcionamento no Brasil quinhentista: “Desse modo, em 1570, antes que a primeira centúria chegasse ao fim, a colônia lusitana já contava com cinco casas de bê-á-bá – Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo de Piratininga – e três colégios – Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco” (ANCHIETA, 1933, p. 405).

points) os fenômenos observáveis, estes, como entidades individuais (textos, autores e usuários) e entidades contínuas, principalmente instituições, círculos intelectuais e escolas de pensamento. No contexto institucional do Brasil quinhentista, o histórico da administração colonial e de ordens religiosas são centrais na descrição e análise do pensamento linguístico (KALTNER, 2016). Ainda que os pioneiros sejam franciscanos e jesuítas, nas décadas finais do século XVI, diversas outras ordens religiosas aportam na América portuguesa¹². Devemos notar também a presença de reformistas, como calvinistas, na tentativa de colonização francesa na Guanabara, a França Antártica, entre 1555 e 1567 (KALTNER, 2011).

Na constituição da comunidade linguística multicultural no Brasil quinhentista, a perspectiva ecolinguística (SWIGGERS, 2015; COUTO, 2013) pode nos auxiliar a compreender a relação entre meio ambiente e linguagem, modelo teórico que nos possibilita descrever as comunidades indígenas, as missões catequéticas e os quilombos do século XVI. As interações entre África e América se desenvolvem no que os antropólogos definem como ciclo da Guiné (ALENCASTRO, 2000). De suma importância para se analisar a matriz africana no Brasil quinhentista é a interpretação das relações entre o reino do Congo e de Angola com Portugal nos séculos XV e XVI, em suas interações com a América portuguesa, tendo em vista que a primeira cidade do Brasil e sede do governo-geral em 1548, São Salvador da Bahia de Todos os Santos, tem o mesmo nome da antiga catedral e capital quinhentista São Salvador do Congo, em Mazamba Congo, atual Angola (ALENCASTRO, 2000).

Quanto aos povos indígenas originários, no século XVI, serão principalmente os que ocupavam a costa do Brasil que terão maior interação com os europeus, fundamentando a constituição do Brasil quinhentista em uma aliança luso-tupi, em que os indígenas convertidos se tornavam cristãos-novos, assim como os escravos africanos, integrando-se ao projeto colonial. Os linguistas Aryon Rodrigues (2005), Mattoso-Câmara (1965) e o antropólogo Darcy Ribeiro (2002) os descrevem como os povos Tupinambás da costa, de uma matriz e tronco linguístico tupi, que teriam tido contato e influência no estabelecimento inicial da colônia.

3. A tradição gramatical latina no pensamento linguístico de Portugal

A tradição do pensamento linguístico português na época medieval teve como centro irradiador inicial o mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, desde 1178, como supracitado. Dos códices manuscritos

12 Diversas ordens religiosas atuaram no Brasil quinhentista. Franciscanos espanhóis desenvolveram a missão Mbicaça, em Laguna, entre 1538-1548. Os jesuítas chegam ao Brasil em 1549. Após a União Ibérica, em 1585, a Ordo Fratrum Minorum iniciou conventos em Recife e Olinda, já em 1588, chegaram a Igarapé em 1588, em 1589 na Paraíba, e, em 1591, em Vitória. Os beneditinos construíram mosteiros em 1582 em Salvador, em 1590 no Rio de Janeiro, tendo chegado em 1598 a São Paulo, e em 1599 a Olinda. Os carmelitas, em 1583, ergueram conventos em Olinda, em 1586 em Salvador, em 1589 em Santos, em 1590 no Rio de Janeiro, em 1593 em Angra dos Reis, em 1594 em São Paulo (KALTNER, 2016, p. 51).

arquivados no mosteiro, chegaram à posteridade cópias da *Ars minor* de Donato, da gramática e do dicionário latinos de Papias, obras que compõem o códice Alc. 426 (FERNANDES, 2016). O mosteiro de Alcobaça, fundado no século XII, ainda estava em funcionamento no século XVI, seguindo a regra de São Bento, sendo administrado inicialmente por monges da Ordem Císter, de origem francesa. Nos séculos XV e XVI, o mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, ganha relevo como instituição intelectual de recepção da técnica tipográfica em Portugal, quando a impressão de incunábulos e posteriormente a tipografia são instaladas no reino absolutista de então.

No final do século XV, a recepção da obra de Pastrana teria marcado em Portugal o pensamento linguístico no ensino de língua latina, com as publicações de incunábulos por Pedro Rombo, que foram as principais inovações da época pré-humanística (KALTNER, 2019). As obras seriam duramente criticadas na gramática já pautada em preceitos humanísticos de Estevão Cavaleiro, intitulada *Noua grammatices Mariae Matris Dei Virginis Ars*, de 1517 (TANNUS, 2007). O ensino de latim protagonizou um embate teórico entre os escolásticos aristotélico-tomistas e os humanistas, influenciados por Erasmo de Roterdã e o colégio trilingue de Lovaina.

O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, reduto franciscano, que no período medieval teve como aluno o próprio Santo António de Lisboa, no século XVI inaugurou uma tipografia em Portugal (TANNUS, 2007). O reformador Frei Brás de Braga foi um dos vultos da renovação educacional nessa época, concomitantemente com a reforma da universidade e a fundação do Real Colégio das Artes, em Coimbra.

Como um ponto de ancoramento do debate quinhentista sobre a transição do pensamento medieval para o humanístico, Inácio de Moraes publica a obra *In quosdam dialecticos et grammaticos*, de 1562, que sintetiza a querela, o embate teórico no pensamento linguístico, entre a dialética teológica aristotélico-tomista dos escolásticos, a retórica dos ciceronianos e a gramática dos humanistas, confrontadas essas visões de mundo com uma nova intelectualidade quinhentista secularizada, formada, sobretudo, por juristas:

Em termos de síntese poderíamos em relação à obra até agora conhecida de Inácio de Moraes, estabelecer a destriça de um primeiro período de aproximação ao culto ou ideologia oratória ciceroniana, do período de ruptura – não em relação aos ideais humanísticos de base, obviamente – das boas letras e opção pelo mundo da jurisprudência (MATOS, 1995, p. 752).

De um modo geral, em relação às linhas de desenvolvimento (SWIGGERS, 2012) do pensamento linguístico, em Portugal nos séculos XV e XVI houve uma mudança de paradigma do pensamento escolástico medieval para o pensamento humanístico. A grande revolução técnica é a criação de tipografias, com a difusão de livros impressos no lugar de códices de manuscritos de maior dificuldade de produção. Dessa forma, as instituições educacionais medievais, os mosteiros e abadias, cedem lugar ao modelo acadêmico de colégio e universidade, havendo uma expansão de instituições e a transferência da universidade para Coimbra. Entretanto, cumpre salientar que as ordens religiosas ainda formavam grande parte da intelectualidade em Portugal e no Brasil.

Nota-se, no século XVI, ao mesmo tempo, uma conservação da tradição aristotélico-tomista em Portugal, em paralelo com a influência do humanismo renascentista itálico e francês. A corrente

humanística teve como vulto inicial o humanista itálico Cataldo Parísio Sículo, em 1485, e, posteriormente, com a chegada dos professores franceses que teriam trazido o *modus parisiensis* e a gramática de Despauterius para o Real Colégio das Artes de Coimbra de 1548, teve o seu ápice.

A reforma educacional em Portugal, em relação à educação humanística, sofre uma rejeição com a instauração da Inquisição por D. João III, temeroso de uma reforma protestante, conforme as acusações de teólogos como Diogo de Gouveia, o que leva à perda de um vínculo mais estreito com os debates desenvolvidos por teólogos humanistas de outros reinos europeus. Há um esforço de síntese de correntes de pensamento, dessa forma, em Portugal, surgindo um pensamento sincrético, o humanismo cristão, representado por jesuítas.

Assim, é patente a síntese de uma continuidade da escolástica aristotélico-tomista com a inovação da educação humanística, no pensamento linguístico jesuítico, como temos no plano de estudos da *Ratio Studiorum* de 1599 (FRANCA, 1952). O documento do final do século sintetiza o debate acadêmico amplo, que houve nas sociedades ibéricas e no mundo católico como um todo, para a criação de um humanismo cristão, em um contexto de reforma católica. Outras inovações no pensamento linguístico do século XVI, nesse contexto, são a organização e sistematização das línguas vernaculares, com traduções e adaptações de materiais utilizados inicialmente para o ensino de latim, na reforma educacional.

A antecipação (SWIGGERS, 2012) dessa mudança de pensamento linguístico ocorrera, sobretudo, em contexto vinculado à obra de Nebrija (1441-1522) e a círculos acadêmicos da Universidade de Salamanca, que, em fins do século XV já desenvolviam debates sobre o vernáculo, promovendo-o como idioma nacional, assim como na corte francesa de Francisco I. Esse contexto teria impacto na colonização das Américas, não só pela implantação das línguas vernaculares ibéricas europeias, mas pelo estudo sistemático das línguas de contato com comunidades linguísticas indígenas, o que nos permite compreender a gramática anchietana.

No Brasil quinhentista, há o registro de contato linguístico nos documentos do período; entretanto, apenas na segunda metade do século se inicia o processo de constituição da sistematização de reflexões metalinguísticas, com a gramática de Anchieta e a tentativa de construção de um léxico para organizar a língua-geral. Quanto às línguas africanas, a sistematização e a criação de uma língua-geral ocorriam na África, não havendo tratados no Brasil sobre o tema, até o século XVII, com a *Arte da língua de Angola* de 1697 (ROSA, 2013).

O pensamento linguístico no Brasil quinhentista tem como fonte o conhecimento desenvolvido por ordens religiosas europeias e, posteriormente, por círculos intelectuais acadêmicos derivados das universidades renascentistas, administradas por humanistas cristãos. O modelo de educação humanística, que se fixa em Portugal na reforma da Universidade de Coimbra, desenvolvida no reinado de D. João III, estará presente na intelectualidade portuguesa durante o período de colonização inicial do Brasil quinhentista. Assim, as influências vindas do contexto itálico e francês são patentes, mesmo no modelo jesuítico predominante na segunda metade do século. Portanto, as gramáticas e dicionários da época, publicados nas tipografias em Portugal, têm por

abrangência referencial (SWIGGERS, 2012) o período do humanismo renascentista cristão, datado entre 1485 e 1596 no reino lusitano (TANNUS, 2007).

O principal embate teórico que ocorre nesse contexto se desenvolve entre os teólogos que seguem o modelo medieval de educação, centrado na escolástica aristotélico-tomista, e os humanistas, que possuem por modelo o sistema erasmiano. A acusação contra os humanistas era a de que seus ensinamentos trariam além da reforma educacional uma reforma teológica, nos moldes do pensamento luterano ou calvinista. Nesse aspecto, o embate entre o teólogo Diogo de Gouveia e o humanista André de Gouveia é central para a compreensão do período. A educação jesuítica, que tem além da educação humanística, o ensino de teologia, pode ser considerada uma síntese derivada desse embate teórico que descreve a recepção do humanismo renascentista em Portugal.

A gramática de Anchieta sobre a língua-geral, publicada em 1595, mas utilizada no Brasil quinhentista desde 1556 (ANCHIETA, 1990), é derivada de um programa de investigação (SWIGGERS, 2012) de décadas, que se inicia nos primeiros contatos linguísticos no século XVI. Dos primeiros línguas até os missionários, a tradição da educação humanística teria dado meios para os jesuítas gramatizarem a língua-geral a ponto de estabelecer uma língua para a tradução dos textos catequéticos e organizar instituições educacionais missionárias.

4. A gramática de Anchieta como documento central no Brasil quinhentista

Na gramática de Anchieta há a tentativa de uma padronização da língua de contato entre indígenas e europeus, utilizada na costa do Brasil quinhentista, a fim de se estabelecer uma unidade linguística, e, assim, a ocupação efetiva da região, com uma língua franca, para o projeto missionário. A comunidade linguística da costa do Brasil, formada de microetnias tribais (RIBEIRO, 2002), possuía um parentesco linguístico, mas não uma unidade. Os jesuítas, dessa forma, tentavam delimitar as fronteiras linguísticas, a fim de unificar as tribos indígenas em um grupamento de cristãos-novos que se valessem dessa língua de contato, passando a residir em missões¹³. As missões indígenas estavam previstas no regimento de 1548, em seu artigo 45:

45 – Porque parece que será grande inconveniente, **os gentios, que se tornarem cristãos morarem na povoação dos outros, e andarem misturados com eles**, e que será muito serviço de Deus e meu apartarem-se de sua conversação, vos encomendo e mando que trabalheis muito por dar ordem como **os que forem Cristãos morem juntos, perto das povoações das ditas Capitánias**, para que conversem com os ditos Cristãos e não com os gentios, e possam ser doutrinados e ensinados nas cousas de nossa

13 Em relação ao número de aldeamentos organizados por missionários: “Em finais do século XVI, os aldeamentos constituíam a principal componente da evangelização dos indígenas, existindo provavelmente um total de 150 no Brasil” (DISNEY, 2010, p. 321-322, apud SANTOS, 2016, p. 5).

Santa Fé. **E aos meninos**, porque neles imprimirá melhor a doutrina, trabalhareis por dar ordem como **se façam Cristãos, e que sejam ensinados e tirados da conversação dos gentios**; e aos Capitães das outras Capitãias direis, de minha parte, que lhes agradecerei muito ter cada um cuidado de assim o fazer em sua Capitãia; e os meninos estarão na povoação dos portugueses, e em seu ensino folgaria de se ter a maneira que vos disse (REGIMENTO, 1548; 2019, grifos nossos).

Apresentamos nessa seção do artigo uma análise de excertos do primeiro capítulo da gramática anchietana, intitulado Das Letras – Capítulo 1 (ANCHIETA, 1595), a fim de exemplificar as tarefas de leitura, transcrição diplomática e exegese, necessárias para tornar o texto mais acessível ao leitor moderno. Nossa análise de metatermos se vale da intertextualidade da obra de Anchieta com a gramática latina de Despauterius. Além do trabalho crítico com a Língua Portuguesa quinhentista, com o Latim renascentista e com o idioma dos Tupinambás, uma exegese dos metatermos gramaticais utilizados pode auxiliar a compreensão do pensamento linguístico do autor.

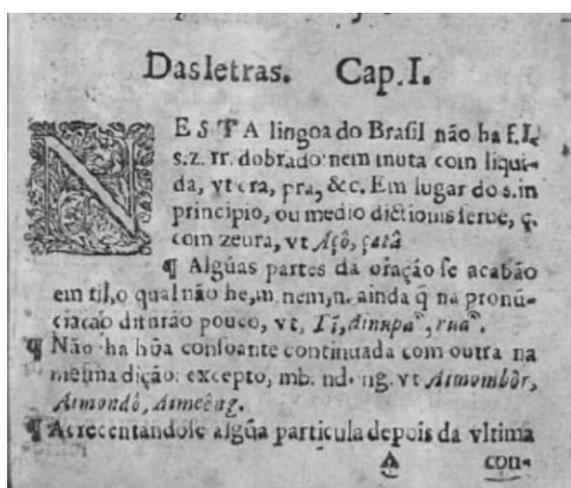


FIGURA 1 - Primeira página da gramática de Anchieta
Fonte: Anchieta (1595, p. 1f.)

O primeiro parágrafo da gramática pode ser lido e transcrito diretamente sem maiores dificuldades por um leitor contemporâneo de Língua Portuguesa especializado, como graduandos e pós-graduandos dos cursos de Letras e Linguística no Brasil, todavia, a presença de metatermos latinos e exemplos no idioma dos Tupinambás é um elemento que torna necessária a exegese do texto. Vejamos a transcrição direta, com leitura diplomática, do primeiro parágrafo. Só adotamos as letras ramistas, do século XVI, para o /i/ e o /u/ consonântico, quando o tipógrafo as utilizou, a fim de manter ao máximo a grafia original da época de Anchieta. Após a transcrição diplomática, apresentamos uma proposta de tradução e adaptação do texto, que acreditamos ser necessária para a exegese:

NESTA lingua do Brafil não ha f. l. s. z. rr dobrado, nem muta cum liquida, vt cra, pra, &c. Em lugar do s. in principio, ou medio dictionis ferue, ç. com zeura, vt Açô, çatâ (ANCHIETA, 1595, p. 1v.)¹⁴.
(Nesta língua do Brasil não há /f/, /l/, /s/, /rr/ dobrado, nem encontro consonantal de consoante muda com líquida, como /pra/, /cra/ etc. Em lugar do /s/, no início ou no meio do vocábulo, serve /ç/, isto, é cê com cedilha, como em Açô, eu vou, e çatâ, ele é forte).

Dois filólogos reeditaram, modernamente, a gramática de Anchieta, após a publicação da editio princeps, de 1595, tendo-a como fonte para suas transcrições: Julius Platzmann, em obra publicada em 1874, na Alemanha, e Armando Cardoso, em 1990, no Brasil. Na transcrição de Platzmann, há a atualização de formas da Língua Portuguesa, da pontuação, com a manutenção das formas latinas e o uso do itálico no idioma dos Tupinambás, todavia, não explicita os critérios de sua edição:

Das Letras. Cap. I.

N'esta lingua do Brasil não ha f, l, s, z, r dobrado, nem muta cum liquida, ut cra, pra, etc. Em lugar do s in principio ou medio dictionis serve ç ut açô, çatâ.

FIGURA 2 – Transcrição de Julius Platzmann da gramática de Anchieta
Fonte: Anchieta (1874, p. 1.)

Já na leitura mais atualizada de Armando Cardoso, publicada em 1990, desse primeiro parágrafo, há alguns acréscimos, além da transcrição: “Nesta língua do Brasil não há: f, h, l, s (com valor de z), rr (r dobrado), nem z, nem v. E, lugar do ç., c usa-se com um só s com o valor de ss, como: a-só (assó) eu vou, s-atã (satã) ele é forte” (ANCHIETA, 1990, p. 148). O acréscimo mais notável é o da letra h, que não consta no original.

Em relação a critérios de Crítica Textual, as transcrições de Platzmann e de Cardoso são problemáticas, com critérios ambíguos, pois além de alterar demasiadamente o texto o descaracterizam como documento quinhentista, ora traduzindo metatermos, ora reproduzindo-os, ora atualizando-os parcialmente. Os acréscimos de Cardoso, como a letra h, não correspondem à realidade do pensamento linguístico das fontes de Anchieta, pois em algumas gramáticas renascentistas latinas, como a de Despautério, o h não é considerado pelo humanista uma letra, mas apenas símbolo de aspiração. Dessa forma, cumpre salientar a necessidade de uma edição crítica com exegese do texto, seguindo critérios transparentes no trabalho de edição e comentando cada um dos parágrafos e metatermos.

Uma exegese se faz necessária para sabermos quais conceitos são utilizados na gramática. Como o primeiro capítulo se intitula: Das Letras, vejamos a definição do conceito de letra nos Rudimenta (rudimentos) da obra *Commentari Grammatici* de Despautério, a fim de evidenciar a intertextualidade com a gramática anchietana:

14 Zwartjes (2011, p. 154) faz a leitura de que zeura está relacionado com zebura, um metatermo para vírgula, o equivalente à cedilha atual, concordamos com a leitura do historiador. O gramático João de Barros assim definiu o cedilha no século XVI: “E affy temos esta letera ç que parece fer inuentada pera pronũciaçã[m] Hebráica ou Mourifca” (BARROS, 1540, p. 10) (E assim temos esta letra ç que parece ser inventada para a pronunciaçã[m] hebraica ou mourisca).

Quid est litera? Minima pars vocis compositae, quae scribi potest individua.
Quot sunt literae? Vigintiduae. Quae? a, b, c, d, e, f, g, i, k, l, m, n, o, p,
q, r, s, t, u, x, y, z. Quare omittis h? Quia litera non est, sed aspirationis
nota. Quare omittis &, °, &c. Quia literae non sunt, sed syllabarum com-

FIGURA 3 - Definição renascentista de letra por Despautério
 Fonte: Despauterius (1582, p. 3)

Quid est litera? Minima pars vocis compositae, quae scribi potest individua. Quot sunt literae? Vigintiduae. Quae? A, b, c, d, e, f, g, i, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, x, y, z. Quare omittis h? Quia litera non est, sed aspirationis nota (DESPAUTERIUS, 1582, p. 3).
 (O que é letra? A menor parte da voz composta, que pode ser escrita individualmente. Há quantas letras? Vinte e duas. Quais? A, b, c, d, e, f, g, i, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, x, y, z. Por que omite o h? Porque não é uma letra, mas notação de uma aspiração).

Dessa forma, a ausência do h no capítulo das Letras da gramática anchietana se justifica quando comparamos ambas as gramáticas renascentistas, pois se trata apenas da notação de uma aspiração, o que Cardoso também percebe em nota de rodapé de sua transcrição: “o h é como se não existisse, pois só quase aparece em *ahe*, aspirado como em inglês” (ANCHIETA, 1990, p. 148, nota 2).

Note-se que não há a letra v (vê), ou u consoante, nem na gramática de Despautério nem na de Anchieta, sendo o v citado mais à frente, em outro capítulo da gramática (ANCHIETA, 1595, p. 4v), Cardoso também em nota explica essa ausência: “diz Anchieta que não se acha o u consoante, conforme a melhor pronúncia, salvo nos que mudam o b em v, como os galegos, e em vez de abá homem, dizem avá” (ANCHIETA, 1990, p. 148, nota 3). As letras ramistas do século XVI, j e v, não são utilizadas de forma rígida pelo tipógrafo Antônio de Mariz, na edição quinhentista gramática anchietana.

No primeiro parágrafo que transcrevemos da gramática de Anchieta, aparecem os metatermos gramaticais latinos *muta cum liquida* (muda com líquida), para descrever a ausência de encontros consonantais no idioma dos Tupinambás. Novamente, nos *Rudimenta* (rudimentos) da gramática de Despautério encontramos a definição de quais seriam as mudas e as líquidas da Língua Latina:

Quotuplex est Consonans? Duplex. Quomodo? Muta & Semiuocalis.
Quot sunt mutae? Nouem. Quae? B, c, d, f, g, k, p, q, t.
Quare dicuntur mutae? Quia respectu aliarum literarum parum sonant.
Quot sunt semiuocales? Septem. Quae? L, m, n, r, s, x, z
Quare dicunt semiuocales? Quia plenam vocem non habent vt vocales: & clarius sonant quam
mutae.
Quot sunt liquidae? Duae. Quae? L, & r: olim etiam m, & n.
Quare dicuntur liquidae? Quia postpositae mutis, sinunt praecedentem vocalem corripere, tanquam li-
queant, & consonantium vim perdant: vt Pharetra, volucris.
Quot sunt duplices? Duae. Quae? & °

FIGURA 4 - Definição de consoantes mudas e líquidas
 Fonte: Despauterius (1582, p. 13).

Quotuplex est Consonans? Duplex. Quomodo? Muta et Semiuocalis. Quot sunt mutae? Nouem. Quae? B, c, d, f, g, k, p, q, t. Quare dicuntur mutae? Quia respectu aliarum literarum parum sonant. Quot sunt semiuocales? Septem. Quae? L, m, n, r, s, x, z. Quare dicunt semiuocales? Quia plenam vocem non

habent ut uocales: et clarius sonant quam mutae. Quot sunt liquidae? Duae. Quae? L et r, olim etiam m et n. Quare dicuntur liquidae? Quia postpositae mutis, sinunt praecedentem vocalem corripere, tanquam liqueant, et consonantium vim perdant, ut Pharetra, volucris (DESPAUTERIUS, 1582, p. 13)
 (Existem quantos tipos de consoante? Dois. De que modo? Muda e semivogal. Quantas são mudas? Nove. Quais? B, c, d, f, g, k, p, q, t. Por que causa são chamadas de mudas? Porque antecedendo a outras letras ressoam pouco. Quantas são as semivogais? Sete. Quais? L, m, n, r, f, x, z. Por que dizem semivogais? Porque não têm uma voz plena como as vogais e ressoam mais claramente do que as mudas. Quantas são as líquidas? Duas. Quais? L e r, algumas vezes também m e n. Por qual motivo são chamadas líquidas? Porque pospostas às mudas, permitem que a vogal precedente seja corrompida, tanto quanto se liquefaçam, e percam a força das consoantes, como em Pharetra, volucris).

Por fim, neste primeiro parágrafo da gramática anchietana, há também a citação dos metatermos latinos: *in principio dictionis* e *in medio dictionis*. O metatermo *dictio*, *-onis*: dicção é um conceito metalinguístico utilizado e descrito também nos *Rudimenta* da gramática latina de Despautério. Anchieta registra o metatermo em latim e em português. Na gramática latina de Despautério há a seguinte definição:

¶ Quid est dictio? Minima pars orationis aliquid significans: vt Homo.
 ¶ Quid est oratio? Dictionum congrua ordinatio: vt Homo albus.

FIGURA 5 - Definição de *dictio*
 Fonte: Despauterius (1582, p. 4)

Quid est dictio? Minima pars orationis aliquid significans, ut Homo. Quid est oratio? Dictionum congrua ordinatio, ut Homo albus (DESPAUTERIUS, 1582, p. 4).
 (O que é dicção? A menor parte da oração que significa algo, como homem. O que é oração? É uma ordenação congruente de dicções, como homem branco).

Os *Rudimenta* da gramática latina de Despautério podem ser uma das chaves de leitura da gramática de Anchieta. Outras possibilidades de intertextualidade entre a gramática anchietana e gramáticas latinas e portuguesas que a antecederam podem ser exploradas, contudo, convém salientar que a gramática de Despautério é uma das mais próximas do contexto educacional em que Anchieta se educou, viveu e atuou como professor, antes da publicação da *Ratio Studiorum*, que preconizava o uso da gramática de Manuel Álvares. A gramática de Despautério esteve, provavelmente, em uso no Real Colégio das Artes em Coimbra em 1548.

O tema central do primeiro capítulo da gramática anchietana é o empréstimo do alfabeto latino para a descrição da *língua* do Brasil, o idioma dos Tupinambás quinhentistas. Anchieta descreve paulatinamente a adaptação do alfabeto aos sons da língua. Neste mesmo capítulo, há ainda a descrição das variantes a que a gramática se refere, também aos grupamentos étnicos que atinge. Dessa forma, a gramática delimita a região geográfica de atuação dos missionários no primeiro século para estabelecimento da colônia.

Anchieta cita, no primeiro capítulo de sua gramática, as etnias indígenas que delimitavam o uso da língua-geral, nos limites norte e sul dos *regna brasillica*, sendo essa língua o paradigma para o contato linguístico entre europeus e indígenas e a catequese. Anchieta delimita que a língua mais

usada na costa do Brasil no século XVI tinha como fronteiras linguísticas os Pitiguares (potiguares) da Paraíba até os Tamoios do Rio de Janeiro, com algumas variantes linguísticas, e mais ao sul os Tupis de São Vicente. Essa delimitação da descrição da língua de contato por Anchieta demarca também as fronteiras da ação missionária jesuítica sob o domínio português e estabelece uma fronteira na costa do Brasil quinhentista:

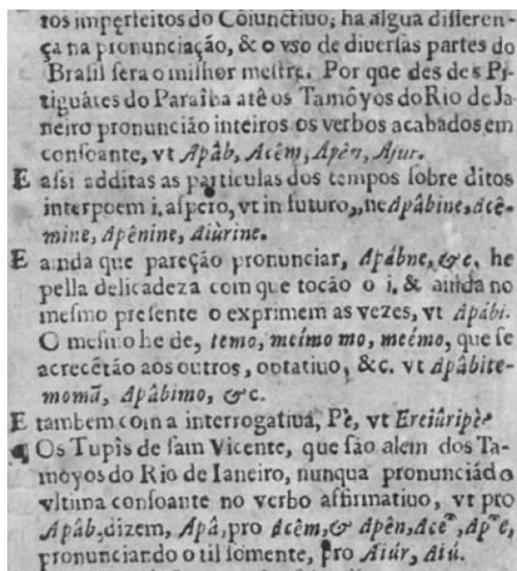


FIGURA 6 - Excerto da gramática anchietana

Fonte: Anchieta (1595, p. 1v.)

Transcrição

(...) ha alguma diferença na pronunciação, & o uso de diuersas partes do Brasil fera o melhor mestre. Por que des dos Pitiguâtes do Paraíba até os Tamôyos do Rio de Janeiro pronunciação inteiros os verbos acabados (sic) em consoante, vt: Apâb, Acêm, Apên, Aiúr.

E assi additas as particulas dos tempos sobre ditos interpoem i. áspero, vt in futuro „ne Apâbine, Acêmine, Apênine, Aiürine.

E ainda que pareção pronunciar, Apâbne &c. he pella delicadeza com que tocão o i. & ainda no mesmo presente o exprimem as vezes, vt Apâbi. O mesmo he de, temo, meímo mo, meémo, que se acrescentão aos outros, optatiuo &c. vt Apâbitemomã, Apâbimo, &c.

E tambem com a interrogatiua Pè, vt Ereüripè?

Os Tupis de sam Vicente, que são alem dos Tamoyos do Rio de Janeiro, nunca pronunciação a vltima consoante no verbo affirmatiuo, vt pro de Apâb, dizem Apâ, pro Acêm & Apên, Acê-, Ap-ê, pronunciando o til fomite, pro Aiúr, Aiú (ANCHIETA, 1595, p. 1v).

(há alguma diferença na pronúncia, e o uso de diversas partes do Brasil será o melhor mestre, porque desde os potiguares da Paraíba, até os tamoios do Rio de Janeiro, se pronunciam inteiramente os verbos acabados em consoante, como Apâb (eu me acabo), Acêm (eu saio), Apên (eu me quebro), Aiúr (eu venho).

E, assim, adicionadas as particulas dos tempos sobreditos interpõem um /i/ áspero, como no futuro em /-ne/ Apâbine, Acêmine, Apênine, Aiürine.

E ainda que pareçam pronunciar, Apâbne etc. É pela delicadeza com que tocam o /i/, e ainda no mesmo presente o exprimem às vezes como Apâbi. O mesmo ocorre com temo, meímo mo, meémo, que se acrescentam aos outros, optativo etc., como Apâbitemomã, Apâbimo etc.

E com a interrogatiua Pè, como em Ereüripè?

Os Tupis de São Vicente, que vivem além dos Tamoios do Rio de Janeiro, nunca pronunciam a última consoante no verbo afirmativo, como em vez de Apâb, dizem Apâ, no lugar de Acêm e Apên, dizem Acê-, Ap-ê, pronunciando o til somente, no lugar de Aiúr, dizem Aiú).

No excerto transcrito, Anchieta delimita geograficamente a sua descrição linguística pelos etnônimos Pitiguares (potiguares), Tamoios e Tupis, os principais grupamentos, derivados dos Tupinambás, que compunham as fronteiras do Brasil quinhentista. As variantes linguísticas demarcavam os limites norte e sul da colônia, sendo a variante linguística dos Tupis de São Vicente mais próxima ao guarani paraguaio (ANCHIETA, 1990). As comunidades linguísticas indígenas que travaram contato linguístico com os europeus no Brasil quinhentista, a época de Anchieta, foram, sobretudo, as etnias que ocupavam a costa do Brasil. Algumas etnias que compunham o grupamento genericamente chamado de Tupi tiveram seus etnônimos registrados em documentos da época colonial, pelos cronistas. Esses grupamentos podiam ora aliar-se ou combater com os portugueses, em constante interação com o projeto colonial, o que ocorre durante todo o século XVI:

A única estimativa de que dispomos sobre a diversidade das línguas indígenas existentes no Brasil há 500 anos, antes do início da colonização desta parte da América do Sul pelos europeus, é a que foi apresentada, em 1992, na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Rodrigues, 1993a, 1993b). Segundo essa estimativa, teria sido de cerca de 1,2 mil o número de diferentes línguas faladas em nosso atual território pelos povos indígenas. O ponto de partida para essa estimativa foi uma relação de 76 povos indígenas que se encontravam numa estreita faixa paralela à costa leste, desde o rio São Francisco, ao norte, até o Rio de Janeiro, ao sul, feita pelo padre jesuíta Fernão Cardim no século XVI (Cardim, 1978 [manuscrito de 1584]) (RODRIGUES, 2005, p. 35).

Essa linha vertical na costa do Brasil indica o espaço como área de navegação exclusivamente portuguesa, não havendo limites traçados para os sertões no século XVI. Cronistas do Brasil quinhentista¹⁵ relatam outras etnias indígenas que estavam em contato com o processo de colonização da América portuguesa. O registro desses etnônimos nos permite conhecer quais grupamentos se aliaram aos portugueses e os que entraram em conflito. A gramática de Anchieta descreve o idioma dos Tupinambás (RODRIGUES, 2005), apresentando algumas variantes.

Diversas microetnias tribais estariam entre os Pitiguares (potiguares) da Paraíba, os Tamoios do Rio de Janeiro e os Tupis de São Vicente, mas esses agrupamentos étnicos que Anchieta descreve

15 Encontramos os diversos etnônimos indígenas nas obras de Gabriel Soares, Fernão Cardim, entre outros: “Cardim referiu-se explicitamente à identidade ou à diferença das línguas faladas por esses povos, deixando claro que, ao todo, se tratava de 65 línguas distintas entre si e distintas da língua dos índios da costa, que eram os tupinambás (que incluem os tupiniquins, caetés, potiguares, tamoios etc.), com os quais os portugueses mantinham contacto. Como alguns nomes na lista estão claramente na língua dos tupinambás – a mesma que hoje também é chamada de tupi antigo e que no século XVII foi denominada língua brasilica – e os demais estão grafados à maneira como os jesuítas escreviam essa língua, pode-se supor que as fontes de informação tenham sido os índios tupinambás e que aquela enumeração representasse o conhecimento destes sobre seus vizinhos mais imediatos. Ela deve ser bastante representativa para a área coberta, embora possa não ser exaustiva. Apesar da grande diversidade de povos nativos no interior mais imediato à costa atlântica, uma característica da colonização europeia do Brasil, não só da portuguesa, mas também das tentativas francesas, foi a de privilegiar o conhecimento do idioma dos tupinambás que era, como já no fim do século XVI foi consignado no título da gramática feita por José de Anchieta, a língua mais usada na costa do Brasil (Anchieta, 1595). Para a comunicação com os outros povos recorria-se a intérpretes indígenas” (RODRIGUES, 2005, p. 35).

formavam comunidades linguísticas que tiveram a sua língua de contato gramatizada na política missionária e catequética pelos jesuítas. Além dessas comunidades linguísticas, destaca-se o registro de outros etnônimos indígenas, como Tabajaras, Caetés, Tupiniquins, Aimorés, Goitacazes, Temimínos, Carijós, Guaianases, Guaranis, Tremembés, que teriam tido impacto no processo de colonização do Brasil quinhentista, notando que, inicialmente, os grupamentos que não falavam o idioma dos Tupinambás era chamado genericamente de Tapuias, sendo excluídos do projeto missionário no século XVI (PEREIRA; PRATES, 2012).

Na historiografia recente, as nações indígenas quinhentistas não são mais descritas apenas como agentes passivos na colonização, havendo, inclusive uma percepção do protagonismo indígena durante esse processo (ALMEIDA, 2017). As guerras e alianças, entre europeus e povos indígenas, se davam após uma tentativa inicial de contato linguístico, que poderia redundar no processo de catequese. Aspectos geográficos são determinantes na criação dessa tradição linguístico-cultural, que teve por paradigma a consolidação da língua de contato, descrita na gramática anchietana e em outros textos quinhentistas.

As relações entre as línguas indígenas no período colonial e o território podem ser analisadas, pela HL, também em uma perspectiva interdisciplinar ecolinguística¹⁶, pela Linguística Ecológica, ou pela Análise do Discurso Ecológica (ADE), que tratam das interações entre povo, território e língua (COUTO, 2013). Essa perspectiva interdisciplinar pode levar em consideração o protagonismo indígena, como sujeito histórico no processo de formação do Brasil quinhentista, e mesmo da língua de contato com os europeus, que Anchieta registra:

Essas e outras pesquisas apontam para o papel decisivo das ações e escolhas dos índios no processo de formação de elites coloniais, em conjunturas de guerra. Indispensáveis como aliados, eles mereciam especial atenção dos agentes locais e de autoridades civis e eclesiásticas (na colônia e na metrópole), todos cientes da importância de agradá-los. Os líderes indígenas, por sua vez, sabedores da importância do seu papel, negociavam suas alianças em troca de benefícios que iam além dos ganhos materiais (ALMEIDA, 2017, p. 24).

Dessa forma, os indígenas do Brasil quinhentista não devem ser descritos como meros informantes da língua de contato, para que Anchieta a registrasse. Como principais falantes dessa língua, o seu papel em relação à gramática anchietana pode ser reconsiderado, de maneira que estudos sobre a participação de intérpretes indígenas, além dos missionários europeus, no desenvolvimento da língua franca devem ser postos em relevo para se compreender o processo de desenvolvimento do pensamento linguístico de Anchieta, que representa a época de formação do Brasil.

16 A perspectiva ecolinguística é defendida por Swiggers como um caminho de interdisciplinaridade para análise da Historiografia Linguística no Brasil: “there is much interesting work to be undertaken in the field of the historiography of Brazilian linguistics. On the one hand, there remains much to be done in terms of study of authors, texts, academic curricula, etc.; on the other hand, there is much that remains to be done in terms of perspectives: the history of Brazilian linguistics lends itself not only to a study from the point of view of the history of science, but also from a sociolinguistic and sociological point of view, from an ecological-linguistic point of view, and from the point of view of institutional history and cultural history” (SWIGGERS, 2015, p. 7, grifo nosso).

Nesse aspecto, para uma exegese da gramática é necessário também descrever a história do contato linguístico no Brasil quinhentista, buscando reconsiderar a participação indígena nesse processo como atuante e como uma comunidade linguística que se empenhou também na organização de uma língua de contato com os colonos europeus. Nessa perspectiva, *lato sensu*, a gramática do idioma dos Tupinambás não é a obra de um indivíduo, mas de uma comunidade linguística multicultural.

Após a *editio princeps* de 1595, somente no século XIX, o filólogo alemão Julius Platzmann reeditou a gramática anchietana. Em 1874, editou uma transcrição da gramática com algumas alterações e atualização ortográfica da Língua Portuguesa (ANCHIETA, 1874). No mesmo ano, publicou uma versão para Língua Alemã, intitulada *Grammatik der Brasilianischen Sprache mit zugrundelegung des Anchieta*. Já em 1876, publicou a primeira edição facsimilada da obra, tendo sido, em seguida, as chapas estereotípicas doadas à Biblioteca Nacional no Brasil.

Com essas chapas, foram reeditadas diversas edições facsimiladas no Brasil da gramática anchietana, em 1933, no contexto das comemorações do nascimento de Anchieta, em 1980, em Salvador, no contexto da visita de Sua Santidade o Papa João Paulo II ao Brasil (ANCHIETA, 1990, p. 13-17). Por fim, já no contexto da edição das obras completas de Anchieta, o conjunto conhecido como *Monumenta Anchieta*, o filólogo Armando Cardoso reeditou a gramática em 1990, com versão facsimilada e transcrição com atualização ortográfica.

A problemática de Crítica Textual na edição da gramática de Anchieta é patente. Tendo em vista o texto ser multilíngue e a Língua Portuguesa em uso à época diferir do uso corrente, há fatores que dificultam o acesso ao texto para o leitor moderno, até mesmo para acadêmicos que não sejam especializados nas línguas que são registradas na gramática anchietana: a Língua Portuguesa quinhentista, o Latim renascentista e o idioma dos Tupinambás. Outro fator que causa dificuldades de leitura é a presença de metatermos referentes à tradição gramatical renascentista, que refletem uma realidade linguística que difere da metalinguagem utilizada atualmente.

Dessa forma, ressaltamos que é necessária uma nova edição crítica da gramática anchietana para tornar o texto mais acessível. Se, por um lado, há uma relativa quantidade de edições facsimiladas, inclusive disponíveis em forma digitalizada, por outro, há uma carência de textos adaptados, traduzidos e comentados da obra. Acreditamos ser necessária uma exegese dos conceitos latinos, utilizados como metatermos por Anchieta. Nesse aspecto, uma análise comparativa da intertextualidade da gramática anchietana, com outros textos gramaticais, pode elucidar o pensamento linguístico de seu autor.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, M. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 75, p. 17-38, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-02>. Acesso em: 22 jan. 2020.
- ALTMAN, C. *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.
- ANCHIETA, J. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: Antônio de Mariz, 1595.
- ANCHIETA, J. *Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990.
- ANCHIETA, J. *Arte de grammatica da língua mais usada na costa do Brasil*. Novamente dado à luz por Júlio Platzmann. Lipsia: Teubner, 1874.
- ANCHIETA, J. Breve narração das coisas relativas aos colégios e residências da Companhia nesta Província Brasílica, no ano de 1584. In: *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933. p. 395-408.
- AZEVEDO, A. Vilas e cidades do Brasil colonial. *Terra Livre –Revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, n.10, p.23-78,1992.
- BAGNO, M.; SILVA-REIS, D. Os intérpretes e a formação do Brasil: os quatro primeiros séculos de uma história esquecida. *Cadernos de Tradução On-line*, Florianópolis, v. 36, n. 3, p. 81-108, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7968.2016v36n3p81>. Acesso em: 22 jan. 2020.
- BARROS, J. *Grammatica da lingua portuguesa*. Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiu[m] Typographum, 1540.
- BATISTA, R. *Introdução à Historiografia da Linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.
- BISPO, A. Tópicos multilaterais Alemanha-Brasil Análise Cultural e Teoretização da Cultura. *Revista Brasil-Europa*, Gummersbach, v. 108, n. 4, 2007. Disponível em: http://www.revista.brasil-europa.eu/108/Analise-Cultural_e_Teoria.htm. Acesso em: 22 jan. 2020.
- BUENO, E. *A viagem do descobrimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 1998.
- CALÓGERAS, P. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Nacional, 1938.
- CASAGRANDE, N. S. *A implantação da língua portuguesa no Brasil do século XVI: um percurso historiográfico*. São Paulo: PUC, 2005.
- COUTO, H. O que vem a ser ecolinguística, afinal? *Cadernos de linguagem e sociedade*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 275-313, 2013. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/9179/6892>. Acesso em: 24 jan. de 2020.
- CUNHA, C. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.
- DESPAUTERIUS, J. P. *Commentari grammatici*. Lugduni: Apud Carolum Pesnot, 1582.

DIAS, J. S. *A política cultural da época de D. João III*. Volume primeiro. Coimbra: Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos, 1969.

DISNEY, A. A Expansão Portuguesa, 1400-1800. Contactos, Negociações e Interações. In: BETHENCOURT, F.; CURTO, D. (dir.). *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: edições 70, 2010. P. 295-327.

FARACO, C. A. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.

FERNANDES, G. A Ars minor donatiana do mosteiro de Alcobaça (séc. XIII) e a edição crítica de Holtz (1981). *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft*, v. 26, n. 2. p. 229-242, 2016.

FONSECA E SILVA, J. G. *Modos de pensar, maneiras de viver: cristãos-novos em Pernambuco no século XVI*. 2007. Dissertação de mestrado. 2007. 159f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: https://www.catedra-alberto-benveniste.org/_fich/17/dissertacao_janaina.pdf. Acesso em: 25 jan; 2020.

FRANCA, L. *O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.

GOMES, S. A. A congregação cisterciense de Santa Maria de Alcobaça nos séculos XVI e XVII: elementos para o seu conhecimento. *Lusitânia Sacra*, v. 18, n. 2, p. 365-431, 2006.

IBGE. Estatísticas do povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira.html>. Acesso em 22 jan. 2020.

IGLESIAS, T. C. Fontes franciscanas: os franciscanos na Historiografia do Brasil e na História da Educação Brasileira. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, v. 43, p.254-267, 2011.

KALTNER, L. *Brasil e renascença: a Cultura Clássica na origem do Brasil*. Curitiba: Appris, 2011.

KALTNER, L. O Latim na colonização do Brasil quinhentista. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, v. 26, p. 39-60, 2016. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/index.php/cadernosdeletras/article/view/243>. Acesso em: 25 jan. 2020.

KALTNER, L. O Brasil quinhentista e a historiografia linguística: interfaces. In: SOUZA, I. V. (org.) *Letras, Linguística e Artes: Perspectivas Críticas e Teóricas 4*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019, v. 4, p. 85-98. Disponível em DOI: 10.22533/at.ed.048190910. Acesso em: 25 jan. 2020.

KEMMLER, R. De institutione grammatica libri tres (Lisboa, 1573): a edição princeps da ars minor de Manuel Álvares. *Revista Portuguesa de Humanidades: Estudos Linguísticos*, Braga, v. 17, n. 1, p. 43-58, 2013.

KOERNER, K. Questões de persistem em historiografia linguística. *Revista da ANPOLL*, n. 2, p. 47-70, 1996.

LEITE, M. Q. Historiografia da Linguística e História das ideias linguísticas: aproximações e distanciamentos. In: BATISTA, R. O (org.). *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019. P. 13-182.

LIMA, I. Na Bahia, a arte da língua de Angola. Comunidades linguísticas no mundo atlântico. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 2013, Natal. *Anais [...]*. Natal, 2013, p. 1-16. Disponível em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371346755_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2013.pdf 2013. Acesso: 22 jan. 2020.

LUCCHESI, D. Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. *Revista da ABRALIN*, v. 5, n. 1 e 2, p. 83-112, dez. 2006.

MARIANI, B. Colonização linguística. *Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas: Pontes, 2004.

MARIANI, B. Quando as línguas eram corpos – sobre a colonização linguística portuguesa na África e no Brasil. In: ORLANDI, E. (org.) *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes Editora, 2007.

MATOS, M. Leitura e leitores de Cícero em Lisboa e Coimbra ao tempo de D. João III (1534-1543). *Humanitas*, Coimbra, v. 47, p. 739-776, 1995. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas47/49_Cadafaz_Matos.pdf. Acesso em: 22 jan. 2020.

MATTOSO CÂMARA, J. *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1965.

PEREIRA, C.; PRATES, M. Nas margens da estrada e da história Juruá. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 97-136, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C.; QUENTAL, P. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. *Polis – Revista Latinoamericana*, v. 31, p. 1-34, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/3749>. Acesso em: 22 jan. 2020.

PRADO JR, C. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

REGIMENTO que levou Tomé de Souza governador do Brasil, Almerim, 17/12/1548. Disponível em: http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/Regimento_que_levou_Tome_de_Souza_governador_do_Brasil.pdf. Acesso em: 02 dez. 2019.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

RODRIGUES, A. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 35-38, 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a18v57n2.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020.

ROSA, M C. *Uma língua africana no Brasil colônia de Seiscentos: o quimbundo ou língua de Angola na Arte de Pedro Dias*, S.J. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

SANTOS, V. S. *As bolsas de mandinga no espaço Atlântico: Século XVIII*. 2008. Tese de doutorado. 2008. 256f. Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-23042009-095859/publico/VANICLEIA_SILVA_SANTOS.pdf. Acesso em: 24 jan. 2020.

SANTOS, F. *Missões jesuíticas na América Portuguesa no século XVI: estratégias de conversão do gentio*. *Revista Estudos*, v. 32, n. 1, p. 1-13, 2016.

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educar*, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020.

SIMONSEN, R. *História Econômica do Brasil (1500/1820)*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

STORCK, J. Do *modus parisiensis* ao *ratio studiorum*: os jesuítas e a educação humanista no início da idade moderna. *História da Educação*, v. 20, n. 48, p. 139-158, 2016. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/57630/pdf_120. Acesso em: 22 jan. 2020.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Confluência*, Rio de Janeiro, v. 44-45, p. 39-59, 2012. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/wp/edpdf/44-45>. Acesso em: 22 jan. 2020.

SWIGGERS, P. Linguistic Historiography in Brazil: impressions and reflections. *Cadernos de Historiografia Linguística do CEDOCH*, São Paulo, v. 1, p. 2-7, 2015.

TANNUS, C. A. K. Um olhar sobre a literatura novilatina em Portugal. *Calíope*, Rio de Janeiro, v. 16, p.13-31, 2007.

TOLEDO, C. A.; RUCKSTADTER, F. A Filosofia Educacional dos Jesuítas nas Cartas do Pe. José de Anchieta. *Acta Scientiarum. Maringá*. v. 25, n. 2, p. 257-265, 2003.

ZWARTJES, O. Portuguese missionary grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800. *Amsterdam*: John Benjamins Publishing Company, 2011.